v.22 n.2 2022

cadernospós
cadernos de pós-graduação
em arquitetura e urbanismo

Narrativas e práticas coletivas pelo direito à cidade: projetos interativos na periferia de Salvador

Narratives and collective practices for the right to the city: interactive projects at the periphery of Salvador

Narrativas y prácticas colectivas para el derecho a la ciudad: proyectos interactivos en la periferia de Salvador

Angela Gordilho-Souza, doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo, professora no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (PPGAU/Ufba), Salvador, BA, Brasil.

E-mail: amgs@ufba.br *ORCID: https://orcid.org/0000-0003-1173-0431*

Carolina Queiroz, arquiteta e urbanista, mestranda no PPGAU/Ufba, Salvador, BA, Brasil.
E-mail: caarolgood@gmail.com *ORCID: https://orcid.org/0000-0001-6808-0332*

Para citar este artigo: GORDILHO-SOUZA, A.; QUEIROZ, C. Narrativas e práticas coletivas pelo direito à cidade: projetos interativos na periferia de Salvador. *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo,* São Paulo, v. 22, n. 2, p. 136-149, 2022. DOI 10.5935/cadernospos.v22n2p136-149

Submissão: 2021-04-11
Aceite: 2021-12-08

Resumo

No tensionamento do urbanismo institucional pós-Estatuto da Cidade no Brasil, com planos diretores figurativos, avanço do urbanismo neoliberal e desmonte de políticas sociais, surgem na última década diversas narrativas de resistência e práticas coletivas que ampliam os movimentos históricos de reivindicação e luta pelo direito à moradia e à cidade. O artigo enfoca essas insurgências, acolhendo-as como sinal de novas interações na apropriação dos territórios de periferia. Toma-se como referência resultados preliminares de um projeto interativo envolvendo comunidade e universidade para a implementação de um parque urbano em área de habitação periférica em Salvador, na Bahia. São discutidos os desdobramentos da conquista desse espaço público, analisados nas dimensões de ações táticas para ampliação da esfera pública, em um projeto coletivo impulsionador de impactos social e urbano. Ao trazer melhorias físicas de microacessibilidade em uma trilha no limite da área do futuro parque, essa iniciativa revela, além da sua funcionalidade imediata para os moradores, um impulso provocativo de ações propositivas em territórios vulneráveis para a produção de cidades mais inclusivas.

Palavras-chave: Periferia urbana; Práticas coletivas; Cidades inclusivas.

Abstract

In the tension of institutional urbanism after the City Statute in Brazil, with figurative master plans, advance of neoliberal urbanism and dismantling of social policies, several narratives of resistance and collective practices that expand the historical movements of claim and struggle for the right to housing and the city emerge in the last decade. The article focuses on these insurgencies, welcoming them as a sign of new interactions in the appropriation of the periphery territories. Preliminary results of an interactive project involving community and university for the implementation of an urban park in a peripheral housing area in Salvador, in Bahia, are used as reference. The consequences of the conquest of this public space are discussed, analyzed in the dimensions of tactical actions to expand the public sphere, in a collective project that boosts social and urban impacts. By bringing physical improvements of microaccessibility on a trail on the edge of the area of the future park, this initiative reveals, in addition to its immediate functionality for residents, a provocative impulse of proactive actions in vulnerable territories for the production of more inclusive cities.

Keywords: Urban periphery; Collective practices; Inclusive cities.

Resumen

En la tensión del urbanismo institucional después del Estatuto de la Ciudad en Brasil, con planes directores figurativos, avance del urbanismo neoliberal y desmantelamiento de las políticas sociales, surgen varias narrativas de resistencia y prácticas colectivas en la última década que amplían los movimientos históricos de reivindicación y lucha por el derecho a la vivienda y la ciudad. El artículo se centra en estas insurgencias, acogiéndolas como un signo de nuevas interacciones en la apropiación de los territorios periféricos. Se utilizan como referencia los resultados preliminares de un proyecto interactivo que involucra a la comunidad y la universidad para la implementación de un parque urbano en un área periférica de vivienda en Salvador, en Bahia. Se discuten las consecuencias de la conquista de este espacio público, analizadas en las dimensiones de las acciones tácticas para expandir la esfera pública, en un proyecto colectivo que impulsa los impactos sociales y urbanos. Al traer mejoras físicas de microaccesibilidad en un sendero en el borde del área del futuro parque, esta iniciativa revela, además de su funcionalidad inmediata para los residentes, un impulso provocador de acciones proactivas en territorios vulnerables para la producción de ciudades más inclusivas.

Palabras clave: Periferia urbana; Prácticas colectivas; Ciudades inclusivas.

INTRODUÇÃO

Nas teorias de Henri Lefebvre sobre a noção do "direito à cidade" na dinâmica de produção do espaço urbano capitalista, no fim dos anos 1960, o autor adverte que "as questões relativas à Cidade e à realidade urbana não são plenamente conhecidas e reconhecidas; ainda não assumiram politicamente a importância e o significado que têm no pensamento (na ideologia) e na prática (estratégia urbana já em obra e ação)" (LEFEBVRE, 1991, p. 2). Esse filósofo, antecipando em muitas décadas as transformações que seriam vivenciadas com a urbanização crescente em todo o mundo, anteviu que a necessidade da cidade e da vida urbana só se exprime livremente na perspectiva "de uma atividade criadora, de obra, e não apenas de produtos e de bens materiais consumíveis, de informação, de simbolismo, de imaginário, de atividades lúdicas" (LEFEBVRE, 1991 p. 103-104). Nessa concepção, a condição do direto à cidade refere-se à reconquista coletiva do sentido de cidade como obra, resultado das relações sociais, e não do produto, como mercadoria.

> O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade (LEFEBVRE, 1991, p. 135).

No fim dos anos 2000, David Harvey revisita o conceito de direito à cidade, no âmbito de uma complexa crise financeira mundial acirrada pelo mercado imobiliário de hipotecas, com profundos impactos sociais e nas estruturas urbanas, progressivamente desencadeando novas formas de vida pessoal e urbana, marcadas por grande quantidade de imóveis ociosos, cidades divididas, seletivas e conflitos, com altas taxas de desemprego e famílias sem-teto. Para esse autor, os conceitos em circulação por um mundo melhor não desafiam a hegemonia e a lógica de mercado neoliberal dominante, crescentemente globalizadas. Considera que

> [...] há, entretanto, movimentos sociais urbanos procurando superar o isolamento e remodelar a cidade segundo uma imagem diferente da que apresentam os empreendedores, que são apoiados pelas finanças, pelo capital corporativo e um aparato local do Estado progressivamente preocupado com o empresariamento (HARVEY, 2012, p. 82).

Na sua compreensão, "o direto à cidade é um direito comum antes de individual, já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização" (HARVEY, 2012, p. 74).

Nesse sentido, observam-se no espaço urbano importantes desdobramentos do neoliberalismo avançado no desmonte das políticas públicas compensatórias, notoriamente no aprofundamento das desigualdades sociais. Reafirmam-se e ampliam-se as problemáticas da pobreza, da destruição da natureza, das migrações planetárias, das questões étnicas, raciais e de gênero, que suscitam novas formas de enfrentamento e resistências. Nesse novo contexto, ampliam-se o acesso às novas narrativas e práticas coletivas de enfrentamento, que apresentam repertórios plurais de ação no sentido de resistir, protestar e clamar formas criativas que atinjam e agreguem grupos e pessoas em escala universal.

No Brasil, a expressão mais evidente desses aguçamentos se revela na profunda segregação socioespacial das periferias urbanas e nos processos de exclusão dos direitos urbanos coletivos, historicamente impostos a essas áreas, com poucos avanços efetivos no urbanismo institucional dos pós-Estatuto da Cidade. A necessária inclusão urbana e o aprofundamento da violência social têm levado as populações de periferia a outras formas de resistência propositiva – além de protestos coletivos por permanência nas ocupações e por infraestrutura mínima, por exemplo –, como movimentos solidários e projetos interativos, envolvendo arte, educação, cultura, ambiente e diversidade.

Neste artigo, essas insurgências são analisadas em práticas materializadas nos territórios, acolhendo-as como sinal de novas interações sociais na apropriação coletiva de espaços públicos. São discutidas narrativas que trazem novos conceitos e concepções de urbanismos emergentes na perspectiva do direito à cidade, com foco em áreas vulneráveis de periferia urbana.

Ilustra-se como estudo de caso um projeto interativo envolvendo comunidade e academia, em ações colaborativas de ensino, pesquisa e extensão, desenvolvido pela Associação das Comunidades Paroquiais de Mata Escura e Calabetão (Acopamec) e pela Universidade Federal da Bahia (Ufba), com desdobramentos na conquista de espaço público, por meio de ações participativas para

implementação de um parque urbano na periferia de Salvador, em área pública ociosa, o Parque Theodoro Sampaio.

A dimensão pública na inclusão urbana

Inicialmente, tratando-se de um estudo de caso que impulsiona de forma autogestionária a conquista de uma área pública para uso comum e de interesse da cidade, conforme será descrito adiante, para essa compreensão, é oportuno abordar como fundamentação teórica a relação dos conceitos de espaço público e esfera pública, conforme assumidos para esta análise. No pensamento de Arendt (2007), o espaço público se constitui a partir do estabelecimento de uma esfera pública, que se instaura com o exercício da ação e da comunicação entre plurais, criando um espaço de decisões coletivas a partir da troca de ideias e argumentações.

Em se tratando de espaços urbanos, a aproximação das dimensões material e imaterial são tratadas por Queiroga (2012), que propõe pensar a dimensão pública da vida a partir das ações práticas e comunicativas para constituição e ocupação dos lugares. Para esse autor, os conceitos acompanham os processos de transformação e movimentos do corpo social em conjunto às formas espaciais, que estão em permanente disputa e mutação. Assim, ressalta que a partir de apropriações dos espaços da cidade e geração de conteúdos materiais e simbólicos podem se conformar novas espacialidades de esfera pública, revelando espaços construídos a partir de ações coletivas.

Ao trazer esses conceitos para entender os processos de construção social para inclusão urbana no Brasil, observa-se, nas primeiras décadas do século XX, que as reivindicações tiveram como impulso as manifestações dos movimentos populares por habitação, logo se expandindo para movimentos pela democracia e pela reforma urbana, fortalecidos pelas representações institucionais, profissionais e sindicalistas, reunidas em um amplo fórum nacional[1]. Culminaram no grande marco de conquista social de esfera pública no Brasil, com a inserção dos artigos de política urbana na Constituição de 1988 e sua regulamentação subsequente no Estatuto da Cidade, em 2001, com importantes avanços institucionais pelo direito à terra urbana, à moradia e ao planejamento urbano.

No entanto, passadas duas décadas de aprovação desses instrumentos, na prática da produção do espaço urbano mais inclusivo, poucas são as conquistas efetivas para as populações mais vulneráveis, moradoras das amplas periferias urbanas, excluídas urbanisticamente de benefícios coletivos. Desde então os planos diretores urbanos passam a ser obrigatórios, alinham-se legalmente aos instrumentos pelo direito social à cidade, mas na prática esses são figurativos, privilegiando-se as operações urbanas empresariais, levando os movimentos sociais ao descrédito em

1 Temporalmente, destacam-se algumas iniciativas: nos anos 1970/1980, multiplicaram-se as associações de bairro e cresceram os movimentos pela reforma urbana; nos anos 1980/1990, surgiram a Federação Nacional das Associações de Moradores e a União Nacional de Moradia Popular; nos anos 1990, constituem-se os movimentos sem-teto; nos anos 2000, criam-se o Observatório das Favelas, o Observatório das Metrópoles, o Observatório da Copa, entre outros; e, na década de 2010, os coletivos urbanos e as organizações sociais, como o Levante Popular da Juventude, BrCidades e uma pluralidade de movimentos voltados à ecologia, à arte, ao urbanismo, focando questões étnica, racial, de gênero.

relação às possibilidades da lei (FERNANDES, 2021). Ermínia Maricato entende que já existe um avançado e sofisticado arcabouço jurídico que deveria regular o processo de ocupação do solo urbano, mas que esse conjunto legal só vale para uma parte da cidade. Assim, afirma que "é preciso distribuir cidade" (MARICATO, 2015, p. 19).

Diante de tais contradições na implementação do urbanismo institucional pós-Estatuto da Cidade, propõe-se aqui trazer, no âmbito do tensionamento das narrativas insurgentes por ações sociais afirmativas, a discussão de projetos coletivos urbanos que interagem na ampliação da esfera pública pelo direito à cidade.

Narrativas insurgentes pelo direito à cidade

Para melhor entender as ações dos coletivos urbanos nos territórios, retomam-se algumas narrativas que coadunam novos conceitos que dialogam com as concepções de urbanismos emergentes, distinguindo-se os diferentes focos de atuação e conteúdo, na perspectiva do direito à cidade, com diferentes concepções. Aqui, são destacadas algumas das narrativas contemporâneas mais recorrentes.

O urbanismo insurgente se caracteriza pela manifestação de práticas críticas, aplicadas a diversas escalas – do microambiente ao ciberespaço, expressando o desejo de transformação de problemáticas da vida cotidiana. Nas reivindicações de novas possibilidades, redefine-se a esfera pública, quando essas situações proporcionam uma criação paralela e eficaz no território, tomando características de um movimento transgressor, constituindo novos espaços e fronteiras (LIMA, 2014). Como defendido por Holston (2013) na esfera mais ampla da cidadania, a insurgência não deve ser associada apenas ao legado lefèbvriano pelo direito à cidade, mas, sim, a todas as lutas que coadunam o direito de produzir e decidir sobre as configurações da vida urbana.

Já o urbanismo tático traz potencial para ativar a experiência urbana efêmera e está muitas vezes associado às intervenções temporárias em espaços públicos de pequena escala, de rápida e fácil execução, buscando demonstrar possibilidades de serem replicadas em larga escala e de forma transitória (SANSÃO, 2011). De acordo com Lydon e Garcia (2015), o urbanismo tático visa a fomentar ideias locais e alternativas para desafios do planejamento urbano; ações temporárias e expectativas concretas; instigar mudanças por meio de ações de baixo risco; e desenvolvimento de capital social por meio de articulações entre agentes diversos. Segundo Sansão (2011), a dimensão temporal é importante para o conceito de urbanismo tático, porém não o define nem limita, já que esse apresenta fortes possibilidades de deixar marcas permanentes nos lugares, sejam materiais ou imateriais.

O urbanismo ecológico busca uma síntese capaz de conectar ecologia e urbanismo, impulsionando estilos de vida mais equilibrados e menos impactantes. Farr (2008) define urbanismo ecológico como aquele que se adequa à escala do pedestre, com edifícios e infraestrutura de alto desempenho, baixo impacto e eficiência energética, entendendo esses elementos como parte de uma cidade compacta, densa, acessível e integrada à natureza. Além da função estética

e sanitária, os elementos naturais da cidade devem se comunicar com os objetos arquitetônicos e as redes de infraestrutura, criando uma dinâmica que proporciona relações de sustentabilidade entre sociedade e natureza.

Os conceitos análogos de cidades resilientes, criativas, culturais, sustentáveis, inteligentes e eficientes são alguns adjetivos pautados pelas novas narrativas, sendo acionadas a partir de diferentes perspectivas sociais. Suas práticas podem se amparar nas dimensões de baixo custo, construídas de maneira colaborativa, contínua e aberta (LIMA, 2014).

Ao passo que se multiplicam as abordagens socioecológicas para as cidades, observam-se o surgimento de mecanismos para a diminuição de investimentos sociais do Estado e a substituição das políticas públicas por novos arranjos em que prevalecem a lógica de mercado. As recorrentes parcerias público-privadas na gestão urbana corporativa revelam-se como expressão da lógica do urbanismo neoliberal, na qual a gestão dos equipamentos coletivos e serviços urbanos é repassada para as grandes corporações. Direcionam-se, assim, os grandes projetos e serviços urbanos rentáveis, seletivos e excludentes pelo consumo solvável (GORDILHO-SOUZA, 2015).

Nessas diversas filiações, alguns desses ideários são absorvidos pela cidade-mercadoria e outros possibilitam transformações sociais, advindas de embates políticos mais amplos pelo bem comum, por cidades mais justas e ambientes mais sustentáveis. Essa abordagem é fundamentada nas articulações e interações que impactam a conquista da esfera pública, com práticas coletivas de apropriações no ambiente construído e democratização da cidade, independentes de ações estatais. De forma autogestionária, emergem de impulsos criativos locais, traduzidos em ações agregadoras e intervenções materiais e imateriais no território. Nesse sentido, é importante entender as dimensões efetivas e impactos de tais práticas, que são pouco visíveis pelo conjunto da sociedade, mas apresentam grande potência de ampliação da esfera pública e transformações urbanas.

Práticas coletivas pela implantação do Parque Theodoro Sampaio, em Salvador, como conquista e espaço público

Para abordar este estudo de caso, tendo como base uma extensa pesquisa anterior desenvolvida no âmbito do Laboratório de Habitação e Cidade (LabHabitar) desde 2004, busca-se na avaliação desse processo destacar aspectos inovadores nas interações que impactam a inclusão urbana, caracterizadas por suas práticas coletivas. O projeto analisado, "Ações participativas para implementação do Parque Theodoro Sampaio: acessibilidades e marcos visuais", foi aprovado na Chamada Pública Simplificada promovida pela Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo do Ministério Público do Estado da Bahia (MP-

BA), como proposta da Acopamec, em parceria com o LabHabitar, do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) da Ufba. [2]

Destacam-se nesse projeto os múltiplos envolvimentos e ações desenvolvidas pelo reconhecimento da vontade coletiva de implementação de um parque urbano nessa localidade. Observa-se que os diversos sujeitos que se agregam a esse processo promovem, em diferentes momentos, interações múltiplas, como mobilizações educativas pela preservação da área verde, implantação de equipamentos coletivos, melhorias de acessibilidade, infraestrutura urbana, valorização da memória do bairro, afirmações étnicas e culturais, entre outras manifestações que resultam na conquista de valorização desse lugar na cidade e na sua realização como espaço público de uso de coletivo e representativo.

As iniciativas locais para implementação desse parque urbano acontecem há mais de uma década, observando-se o importante papel desempenhado pela universidade em assessoria técnica, com várias ações extensionistas integrando pesquisa e ensino em cursos de graduação, pós-graduação, em momentos distintos. Originam-se como atividade extensionsita da Faculdade de Arquitetura da Ufba (Faufba) e do LabHabitar, desenvolvidas com a Acopamec desde 2004, quando foram elaboradas propostas participativas para melhorias nos referentes bairros (GORDILHO-SOUZA; SILVA; ROLIM, 2005). Outras universidades colaboraram em outros momentos. Em 2007/2010, houve ações do Laboratório de Desenvolvimento de Tecnologias Sociais LTECS da Universidade Salvador (Unifacs) e da Associação Meu Brasil. Em 2012 e 2013, a Universidade do Estado da Bahia (Uneb) trouxe um projeto de extensão para desenvolver Turismo de Base Comunitária de valorização do patrimônio histórico e cultural da Mata Escura. Entre 2015 e 2018, a Ufba retornou com ações de assistência técnica desenvolvida no âmbito do curso de especialização Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade (UFBA, [s. d.]). Em 2019, iniciou-se uma nova parceria entre Acopamec e LabHabitar, para o projeto em tela, com apoio do Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo do MP-BA (GORDILHO-SOUZA; DUARTE, 2019).

A área destinada ao Parque Theodoro Sampaio, conforme denominado pelas comunidades locais, está situada entre os bairros de Mata Escura, Arraial do Retiro, Barreiras, Jardim Santo Inácio e Calabetão, na região denominada Miolo de Salvador, compreendida entre a BR-324 e a Avenida Paralela, inserindo-se numa área que demonstra a relação contrastante entre centro e periferia, abrangendo cerca de um terço dos três milhões de habitantes da cidade, predominantemente de baixa renda e moradores de grandes ocupações e conjuntos habitacionais. Com a expansão da cidade e ação do mercado imobiliário, conformaram-se bairros periféricos, adensados pela autoconstrução, autogestão informal e outros processos diversificados

2 Com principal objetivo de formentar a proteção da área verde e elementos naturais, na conquista da função social da propriedade pública, ao longo do ano de 2019, foram promovidas várias oficinas pelo grupo gestor com participação de moradores, com foco nos jovens estudantes: 1. Oficina Parques Urbanos de Salvador: como conquistar a implantação do Parque Theodoro Sampaio? 2. Ações Participativas para Implementação do Parque Theodoro Sampaio: Acessibilidades e Marcos Visuais; 3. Percorrendo trilhas e caminhos para o Parque Theodoro Sampaio; e 4. Mão na Massa: A construção da trilha-escada-parque (GORDILHO-SOUZA; DUARTE, 2019).

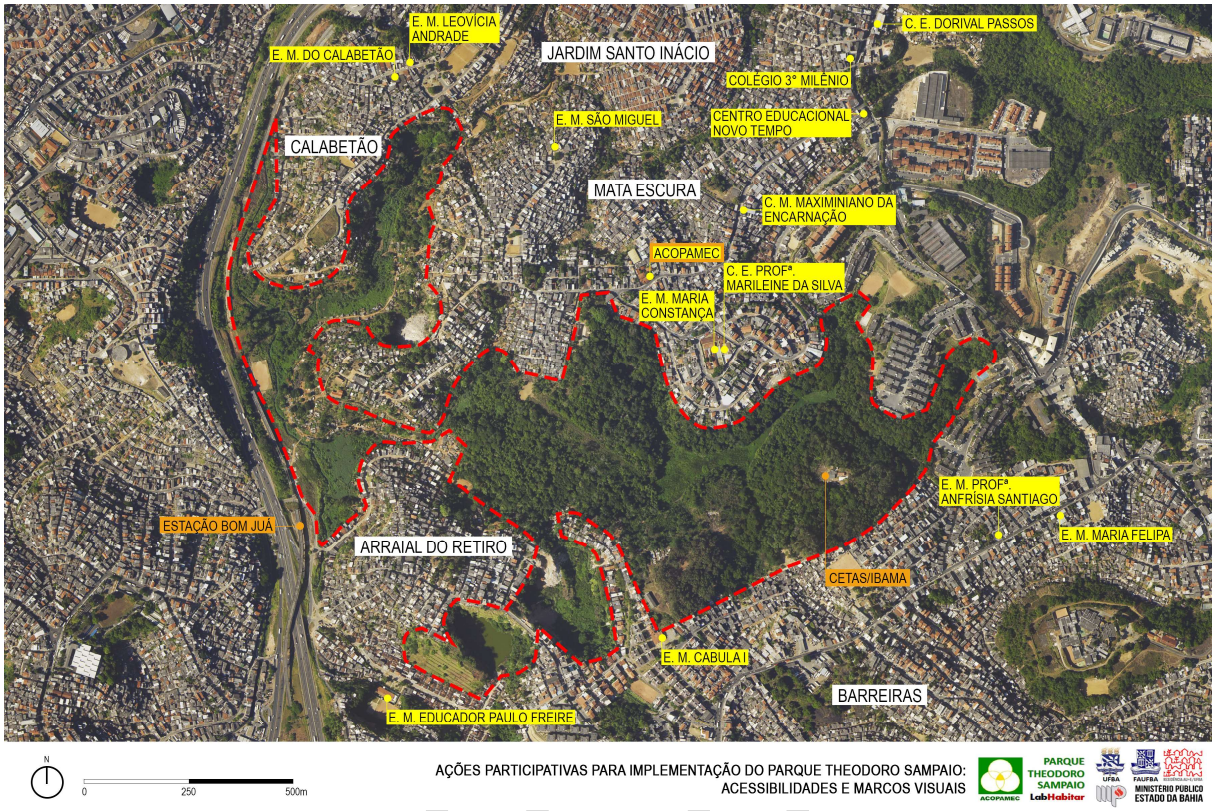

Figura 1: Limite da área verde prevista parao Parque Theodoro Sampaio e entorno. Fonte: acervo do LabHabitar/Ufba, 2019.

Nesse contexto urbano, as histórias do Parque Theodoro Sampaio e do bairro da Mata Escura se associam, sendo um dos lugares de aquilombamento no passado, devido à densidade da Mata Atlântica na localidade. Pela presença de grandes represas foi também onde se instalou o primeiro sistema de abastecimento de água da cidade. No início dos anos 2000, notam-se a precária manutenção ambiental da área, aumento do perímetro das ocupações para habitação, desmatamento e intenso despejo de esgoto e lixo. Somam-se a isso outras inconsistências e fragilidades relacionadas à propriedade legal e fundiária, causando ambiguidades na distribuição das competências de gestão do poder público, seja ele na esfera municipal, estadual ou federal.

As movimentações coletivas em defesa da preservação e da implantação de um parque urbano nessa área contribuíram para que, em 2008, a área pública livre, com cerca de 80 hectares, fosse classificada pela Lei nº 7.400/2008 – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – como Parque do Vale da Mata Escura e Rio do Prata, pertencente ao Sistema de Áreas de Valor Ambiental e Cultural de Salvador (Savam). Em 2009, a delimitação desse novo Parque Urbano foi aprovada pelo Decreto n.º 19.753. Entre 2011 e 2014, finalmente, a prefeitura devolveu a área aos cuidados da União por meio do cancelamento do Decreto Municipal nº 12.563/2000. Na sequência, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de 2016 trouxe definições que têm como estratégia a implantação do Parque Urbano Vale da Mata Escura, seguindo diretrizes de integração à infraestrutura urbana e preservação das características ambientais e culturais do território.

Nesse breve histórico, ressalta-se que mesmo com a regulamentação e o aparato normativo conquistados para constituir um parque urbano, essa área até então não foi objeto de ações consistentes para tal finalidade, mantendo-se ociosa e sujeita a várias ameaças de destruição (GORDILHO-SOUZA; QUEIROZ, 2020).

Tampouco sua nomenclatura oficial absorveu a designação indicada pela comunidade, em homenagem ao engenheiro negro Theodoro Sampaio, responsável pelo primeiro sistema de abastecimento de água de Salvador, ali implantado. No entanto, a movimentação instituída por diversas ações de moradores dessas comunidades, as representações de bairro e os movimentos ambientalistas urbanos vêm dando continuidade às ações para sua implantação, como poderoso benefício para a cidade, preservação da natureza e fortalecimento de valores históricos e culturais desse lugar.

No âmbito desse processo, observa-se a participação dos grupos diversos, bem como a continuidade de interações entre instituições externas e locais, desenvolvendo ações impulsionadoras no território e na cidade, sendo os principais:

– Universidades, com iniciativas extensionistas: Ateliê IV/graduação (2005), da Faufba; curso de especialização Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade.

– Residência em Arquitetura e Urbanismo e Engenharia (AU+E)/Ufba (turmas de 2016/2017 e 2018/2019); LabHabitar/Ufba; ações de turismo comunitário da Uneb; laboratórios tecnológicos da Unifacs.

– Instituições e organizações locais: Acopamec; Associação dos Moradores de Mata Escura; Fórum Social de Mata Escura; Adolescer com Arte; Que Mata Escura É Essa?; Companhia da Mata; Conexão Cidadã; Preservando a Natureza Praticando a Cidadania (PNPC); Rede Cidade Popular; comunidades de terreiro ligadas ao Terreiro Bate Folha, vizinho à área do parque.

– Instituições de interesse público: Ministério Público, em ações de defesa e fomento, com a Chamada Pública, com projeto para essa área, possibilitando articulações com os outros projetos selecionados, viabilizando a formação de uma rede de parques urbanos de Salvador (Rede Cidade Popular).

– Iniciativas da gestão pública: com base no projeto da Ufba, de 2004 – Plano Geral Urbanístico para Mata Escura, a prefeitura de Salvador obteve fomento da instituição Aliança para as Cidades, em 2007, para implantação de vias de vale e de ligações com o bairro. Isso resultou em projeto iniciado em 2020.

– Agentes privados e individuais, com representatividade na comunidade e liderança política, resultando em ações que coletivizam grupos de aderência.

A construção permanente dessa rede ao longo do tempo, ao influenciar a aprovação das legislações específicas para conquista dessa área como parque urbano, já afirma a ampliação desse movimento local para o âmbito da esfera pública da cidade. Demonstra também a sua potência de continuidade, ao impulsionar novas ações coletivas nesse território, dando curso à sua efetividade.

Melhoria de trilha urbana como ação tática para a construção de um projeto coletivo

No âmbito desse processo para implantação do Parque Theodoro Sampaio, com a realização da oficina Mão na Massa buscou-se, por meio de pequenas ações materializadas no território, uma forma de despertar maior adesão da população.[3]

Decidiu-se então pela melhoria de uma trilha-escada-parque, que viabiliza a ligação entre o bairro de Mata Escura e a Estação de Metrô de Bom Juá/BR-324, localizada nas proximidades do acesso principal do futuro parque. Essa proposta de intervenção física, para além da funcionalidade de mobilidade, compreende uma ação tática impulsionadora da implementação do referido parque. Objetivou-se, portanto, melhorar a acessibilidade improvisada de um caminho precário de terra de grande declividade (25 m de desnível) e com fluxo diário intenso para estação vizinha de transporte metroviário. Tratando-se de uma ação autogestionária e provisória para melhoria de um percurso existente, foram utilizados materiais reciclados, duráveis e de baixo custo, que, integrados a elementos paisagísticos e estéticos, viabilizaram maior conforto e segurança aos usuários e moradores locais, criando uma ambientação acolhedora e espacialmente didática, para uma apropriação coletiva guardiã do espaço público.

Conforme ilustrado a seguir, o projeto traz o pneu usado como material principal, utilizando grampos de fixação, cobertos com concreto. Como peça fundamental, foi definido um corrimão de tubos de aço galvanizado, fixado no solo com proteção de concreto, visando a uma maior durabilidade e segurança dos pedestres. Na composição do paisagismo, foram escolhidas espécies encontradas nas imediações e optou-se por materiais complementares, como mosaicos de ladrilho reciclado, tintas, grama, arborização e mobiliários urbano, também confeccionados com pneus reciclados. Além de tratar-se de uma trilha utilitária para mobilidade urbana, também foi implantada drenagem superficial, contenção de encosta, áreas de descanso e de convívio.

Com o apoio de mutirão e mão de obra de profissionais locais e da comunidade foi possível, em 30 dias, promover melhorias em pouco mais de 100 m de percurso, arrimos, jardins, largos e uma pracinha, com a utilização de cerca de 150 pneus.

3 Culminado o projeto já referido, a oficina "Mão na Massa", realizou um mutirão que agregou moradores locais ao Grupo Gestor do projeto, participando da assessoria técnica: Angela Maria Gordilho Souza, Josélia Duarte Gomes, Angela Ignez da Costa Bacelar, Carolina Correia Queiroz, Comes Santos Chinelis, Débora Marques da Silva Araújo, Elenaldo Torres do Nascimento, Gisele Paixa Leite, Guilherme Landim Amorin de Menezes, Heliana Faria Mettig, Isis Pitanga Sousa, Jadi Tosta Iglesias Ventin e Joise Cristina Jesus Santos. Os trabalhos estão ilustrados com imagens e entrevistas dos usuários e mutirantes, na forma de um diário da ação, com "postagens" em rede social compondo o acervo desse projeto. Veja no Instagram @parquetheodorosampaio.

Figura 2: Mutirão para a ação tática de melhorias da trilha-escada-parque. Fonte: acervo LabHabitar/Ufba, 2019.

Esse projeto de assessoria técnica participativa em área de preservação ambiental e ocupações por moradia contou com poucos recursos financeiros e limitações tecnológicas que exigiram adaptações técnicas no uso de materiais reciclados e de baixo custo. Entretanto, definiu-se como fundamental garantir a segurança, a funcionalidade e o valor estético na valorização ambiental do lugar. Nos primeiros reconhecimentos técnicos e estudos de arquitetura, para um urbanismo possível, constatou-se que o pré-dimensionamento se adapta às necessidades e aos saberes locais. Essa prática contribui para uma participação ativa da população em decisões coletivas no canteiro de obras. Em processos compartilhados, as decisões são tomadas coletivamente, fortalecendo o processo de pertencimento e inclusão social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerações para práticas coletivas pelo direito à cidade

As ações empreendidas nas interações dos diversos grupos e agentes envolvidos nesse projeto coletivo para implementação do Parque Theodoro Sampaio apresentam desdobramentos do processo de conquista de espaço público que incidiram sobre a ampliação da esfera pública no bairro e na cidade. Essa inserção social se revela ao possibilitar processos de apropriação coletiva para além das necessidades individuais de sobrevivência e permanência, lógica que dá forma e conteúdo às amplas periferias vulneráveis autoconstruídas nas cidades brasileiras, apartadas socialmente dos benefícios urbanos coletivos. Essas ações são potencializadoras de impulsos políticos e criativos para o alcance de melhores condições urbanísticas nesses ambientes.

Tratando-se de um projeto com interações acadêmicas extensionistas, em etapas gradativas, incluindo assessoria técnica em arquitetura e urbanismo, apoiando-se em oficinas, proposições compartilhadas e ampla divulgação do material produzido, destacam-se alguns aspectos inovadores nas suas práticas para esse campo de atuação:

a) Ampliam-se as possibilidades de conhecimento propositivo, ao aprofundar-se a compreensão do lugar com processos participativos, considerando a pluralidade de agentes e necessidades coletivas.

b) As interações com diversas instituições externas e locais, em aproximações com grupos e coletivos do bairro, associações, movimentos culturais, grupos religiosos, escolas, entre outros, trazem contribuições diferenciadas, permitindo a troca de saberes e aderências plurais, agregadoras na viabilização das propostas. Assim, os apoios externos somam-se às ações existentes e pautas sociais mobilizadas na comunidade, potencializando a sua inserção na esfera pública mais ampla.

c) O projeto de mutirão da trilha-escada-parque, agregando técnicos, moradores, trabalhadores locais e fomento externo, viabilizou, além de inovações projetuais e construtivas, aderência social e técnicas abertas adequadas às situações locais. Como prática autogestionária agregadora, educativa e utilitária, contribuiu como efeito demonstrativo de conquista coletiva no ambiente construído. Pela sua materialização e intenso uso cotidiano da trilha remodelada, tem o potencial de ampliar as relações de comunicação no bairro para multiplicação de ações que viabilizem melhorias.

d) Criam-se, assim, oportunidades para o protagonismo local, na realização compartilhada de melhorias imediatas, fortalecendo o sentido de autonomia, responsabilidade coletiva e de urbanidade. Afirmam-se também o sentido de pertencimento e a capacidade de conquista de espaços públicos.

Essas ações táticas, transgressoras da imobilidade institucional, constroem a possibilidade de ampliar e aprofundar o diálogo com a gestão pública para as intervenções urbanas necessárias, mais duradouras, trazendo indicativos para investimentos adequados, de baixo custo, promovendo a sustentabilidade à região.

Essas ações e práticas acionadas localmente, agregando multiplicidade de agentes sociais, revelam, sobretudo, potencial criativo de ressignificação da esfera pública na construção social com vistas ao direito à cidade, tendo como objetivo o cuidado com um novo espaço público urbano a ser impulsionado. Seu potencial multiplicador de pequenas ações propositivas fundamenta um projeto mais amplo de melhoria urbana, que, além de beneficiar as populações locais, contribui com a produção de espaços públicos para cidades melhores e mais inclusivas.

REFERÊNCIAS

ARENDT, H. *A condição humana*. Tradução Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

FARR, D. *Sustainable urbanism*: urban design with nuture. New Jersey: Jown Wiley & Sons, 2008.

FERNANDES, E. Estatuto da Cidade, 20 anos depois. *Consultor Jurídico*, 23 jul. 2021. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2021-jul-23/edesio-fernandes-estatuto-cidade-20-anos-depois. Acesso em: 25 nov. 2021.

GORDILHO-SOUZA, A. *Salvador*: os impactos da Copa do Mundo 2014. Salvador: Edufba, 2015.

GORDILHO-SOUZA, A.; GOMES, J. D. (coord.) *Ações participativas para implementação do Parque Theodoro Sampaio:* acessibilidades e marcos visuais. Salvador: Acopamec: LabHabitar – Faufba, 2019. Relatório final.

GORDILHO-SOUZA, A.; QUEIROZ, C. Parques urbanos periféricos: tensões entre apropriação e preservação. *In:* SEMINARIO INTERNACIONAL DE INVESTIGACIÓN EN URBANISMO, 12., 2020, São Paulo/Lisboa. Barcelona: Duot, 2020.

GORDILHO-SOUZA, A.; SILVA, A. C.; ROLIM, P. *Mata Escura* – plano de intervenção – publicação didática. Salvador: LabHabitar – Faufba, 2005.

HARVEY, D. O direito à cidade. *Lutas Sociais*, Marília, São Paulo, n. 29, p. 73-89, jul./dez. 2012.

HOLSTON, J. *Cidadania insurgente*: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991.

LIMA, C. H. A cidade insurgente: estratégias dos coletivos urbanos e vida pública. *Arquitetura Revista*, Rio de Janeiro, v.10, n. 1, p. 31-36, 2014.

LYDON, M.; GARCIA, A. *Tactical urbanism*: short-term action for long-term change. New York: Island Press, 2015.

MARICATO, E. Para entender a crise urbana. *CaderNAU-Cadernos do Núcleo de Análises Urbanas*, Rio Grande, v. 8, n. 1, p. 11-22, 2015.

QUEIROGA, E. *Dimensões públicas do espaço contemporâneo*: resistências e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros. 2012. Tese (Livre-docência em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SANSÃO, A. *Intervenções temporárias, marcas permanentes*: a amabilidade nos espaços coletivos de nossas cidades. Rio de Janeiro: FAU – UFRJ, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA). Residência em Arquitetura e Urbanismo e Engenharia (RAU+E). *Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade*. [s. d.]. Disponível em: www.residencia-aue.ufba.br. Acesso em: 21 abr. 2020.